



Publicado em 24.4.93  
de 15 04 93  
do 1º caderno

ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 3.143  
(PROCESSO N.º 930960-00)

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ,  
EM SESSÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA 11 DE MARÇO DE 1993,

CONSIDERANDO CONSULTA FORMULADA PELO PROCURADOR GERAL  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA, ATRAVÉS DO OFÍCIO N.º 008/93,  
DE 08 DE FEVEREIRO DE 1993, PROCESSADO SOB O NÚMERO 930960-00, SE  
AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS PODEM PAGAR PENSÕES AOS EX-PREFEITOS,  
COM BASE NA LEI ESTADUAL N.º 5.007/81,

CONSIDERANDO O PARECER EXARADO PELO EXMO. SR. CONSE -  
LHEIRO LAÉRCIO FRANCO, APROVADO POR VOTAÇÃO UNÂNIME, NOS TERMOS DA  
ATA DA SESSÃO,

**RESOLVE:**

RESPONDER À REFERIDA CONSULTA NOS SEGUINTE TERMOS:

"A LEI ESTADUAL N.º 5.007, DE 1981, NÃO TEM EFICÁCIA PA-  
RA OBRIGAR OS MUNICÍPIOS AO PAGAMENTO DE PENSÃO VITALÍCIA A EX-PRE-  
FEITO".

nk

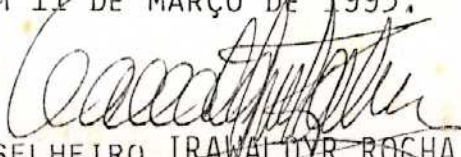
nk

-CONT-

RESOLUÇÃO Nº 3.143


(PROCESSO Nº 930960-00)

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
DO ESTADO DO PARÁ, EM 11 DE MARÇO DE 1993.

  
CONSELHEIRO IRAWALDIR ROCHA  
PRESIDENTE


  
CONSELHEIRO LECYR RIODEADES

  
CONSELHEIRO HAROLDO JULIÃO DA GAMA

  
CONSELHEIRO PAULO DOURADO

  
CONSELHEIRO LAUDELINO PINTO SOARES

CONSELHEIRO LAÉRCIO DIAS FRANCO

  
CONSELHEIRO VICENTE QUETIROZ

FOI PRESENTE: PROCURADORA ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA